



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES – ICHCA**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**WILLIAMS LUIZ TENÓRIO COSTA FILHO**

**A INFLUÊNCIA DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO NA LUTA POR JUSTIÇA  
SOCIAL: ANÁLISE DE SUAS CONTRIBUIÇÕES E RELEVÂNCIA NO CONTEXTO  
CONTEMPORÂNEO**

**MACEIÓ**

**2024**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS - UFAL**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES – ICHCA**  
**CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**WILLIAMS LUIZ TENÓRIO COSTA FILHO**

**A INFLUÊNCIA DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO NA LUTA POR JUSTIÇA  
SOCIAL: ANÁLISE DE SUAS CONTRIBUIÇÕES E RELEVÂNCIA NO CONTEXTO  
CONTEMPORÂNEO**

Trabalho apresentado a Universidade Federal de Alagoas – UFAL, Campus A. C. SIMÕES, como requisito para obtenção do título de Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Célia Nonata

**MACEIÓ**

**2024**

**Catlogação na fonte**  
**Universidade Federal de Alagoas**  
**Biblioteca Central**  
**Divisão de Tratamento Técnico**  
Bibliotecária: Taciana Sousa dos Santos – CRB-4 – 2062

C838i Costa Filho, Williams Luiz Tenório.  
A influência da teologia da libertação na luta por justiça social : análise de suas contribuições e relevância no contexto contemporâneo / Williams Luiz Tenório Costa Filho. – 2024.  
44 f.

Orientadora: Célia Nonata.  
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História: Licenciatura) – Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 43-44.

1. Teologia da libertação. 2. Justiça social. 3. Movimentos sociais. 4. Transformação social. 5. Direitos humanos. I. Título.

CDU: 261.625

Honro o fechamento desse ciclo,  
Dedico esta monografia a minha família.  
Gratidão Deus, como era no princípio,  
Agora e sempre, Amém.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por todas as conquistas e realizações em minha vida...

À minha esposa amada, Verônica, por sempre me apoiar nas decisões ....

Ao Meu pequeno filho Matteo, presente de Deus ...

Aos meus pais que sempre me orientaram no caminho do bem ....

À Prof. Dr. Célia Nonata, pela excelente orientação ...

Aos meus professores pelos importantíssimos conhecimentos passados ao decorrer do curso ...

A todos aqueles que contribuíram na minha trajetória e que já não estão mais aqui ....

"Não é o mais forte da espécie que sobrevive, nem o mais inteligente. É o que melhor se adapta às mudanças." - Charles Darwin

## RESUMO

A Teologia da Libertação, desenvolvida na América Latina nas décadas de 1960 e 1970, surge como uma resposta teológica e pastoral à pobreza e à opressão, propondo uma leitura crítica do Evangelho a partir da perspectiva dos pobres e marginalizados. Este trabalho busca analisar a influência da Teologia da Libertação na luta por justiça social, examinando suas contribuições históricas e sua relevância no contexto contemporâneo. A pesquisa aborda a relação entre essa teologia e os movimentos sociais, destacando seu impacto na transformação social e na promoção dos direitos humanos. Além disso, o estudo investiga como os princípios da Teologia da Libertação continuam a inspirar ações em prol da justiça social nos dias atuais, em diferentes partes do mundo.

**Palavras-chave:** Teologia da Libertação, Justiça Social, Movimentos Sociais, Direitos Humanos, Transformação Social.

## ABSTRACT

Theology of Liberation, developed in Latin America during the 1960s and 1970s, emerged as a theological and pastoral response to poverty and oppression, proposing a critical reading of the Gospel from the perspective of the poor and marginalized. This work seeks to analyze the influence of Liberation Theology in the struggle for social justice, examining its historical contributions and its relevance in the contemporary context. The research addresses the relationship between this theology and social movements, highlighting its impact on social transformation and the promotion of human rights. Additionally, the study investigates how the principles of Liberation Theology continue to inspire actions for social justice today in different parts of the world.

**Key-words:** Liberation Theology, Social Justice, Social Movements, Human Rights, Social Transformation.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>9</b>
<b>1 - ORIGEM E CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO .....</b>	<b>12</b>
1.1 Análise crítica das estruturas sociais e econômicas .....	18
<b>2 - COMPROMISSO COM A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL .....</b>	<b>21</b>
2.1 A Relação entre Fé e Política .....	23
<b>3 - AS CRÍTICAS À TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO .....</b>	<b>30</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>41</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>43</b>

## INTRODUÇÃO

A Teologia da Libertação, emergida na América Latina no final da década de 1960, representa um marco na história da teologia cristã ao propor uma nova forma de interpretar e praticar a fé. Em um contexto de intensa desigualdade social, pobreza extrema e regimes autoritários, essa corrente teológica se posicionou como uma resposta crítica às condições de vida dos pobres e oprimidos. A partir da leitura do Evangelho sob a ótica dos marginalizados, a Teologia da Libertação desafia a Igreja e a sociedade a reconsiderarem o papel da fé na promoção da justiça social.

Este trabalho tem como objetivo analisar a influência da Teologia da Libertação na luta por justiça social, explorando suas contribuições desde o seu surgimento até a sua relevância no contexto contemporâneo. A pesquisa se propõe a examinar como essa teologia impactou movimentos sociais, especialmente na América Latina, e como seus princípios continuam a inspirar ações em prol da equidade e dos direitos humanos em diferentes partes do mundo.

A partir de uma revisão crítica da literatura, o estudo abordará algumas das principais contribuições da Teologia da Libertação para a transformação social, destacando tanto seus sucessos quanto as críticas que recebeu ao longo das décadas. Além disso, será investigada a aplicação dos seus princípios em novos contextos de injustiça e opressão, ressaltando a sua capacidade de adaptação e renovação frente aos desafios contemporâneos.

A metodologia deste estudo sobre a Teologia da Libertação é fundamentada em uma abordagem qualitativa, com ênfase na revisão bibliográfica e na análise crítica de textos teológicos e históricos. O objetivo central é explorar e compreender as diversas dimensões desse movimento teológico, suas origens, seus desenvolvimentos e as controvérsias que o cercam, além de analisar suas implicações sociais, políticas e espirituais.

A primeira etapa do estudo envolve uma revisão bibliográfica extensa, abrangendo as principais obras de teólogos da libertação, documentos oficiais da Igreja Católica, artigos acadêmicos, e outras fontes relevantes. Essa revisão tem como objetivo mapear o desenvolvimento histórico da Teologia da Libertação, identificar seus principais conceitos e princípios, e compreender as diversas

interpretações e críticas que surgiram ao longo do tempo. Os textos de Gustavo Gutiérrez, Leonardo Boff, Jon Sobrino, James Cone, e Elisabeth Schüssler Fiorenza, entre outros, constituem a base teórica central do estudo. Além disso, serão analisados documentos da Congregação para a Doutrina da Fé, como a "Instrução sobre alguns aspectos da 'Teologia da Libertação'" (1984), que oferecem uma perspectiva crítica da Igreja Católica sobre o movimento.

A análise de conteúdo é a principal técnica utilizada para interpretar os textos selecionados na revisão bibliográfica. Essa técnica envolve a identificação e interpretação de temas, conceitos e padrões dentro dos textos, permitindo uma compreensão mais profunda das ideias centrais da Teologia da Libertação e das críticas a ela dirigidas. A análise de conteúdo será realizada de forma sistemática, categorizando as informações de acordo com os temas principais, como a relação entre fé e política, o uso do marxismo, a crítica às estruturas de poder e as adaptações contemporâneas da Teologia da Libertação.

Além disso, será conduzido um estudo comparativo, examinando as diferentes expressões da Teologia da Libertação em contextos diversos, como na América Latina, nos Estados Unidos (Teologia Negra), na Europa (Teologia Feminista) e em outros locais. Esse estudo comparativo permitirá identificar semelhanças e diferenças nas maneiras como a Teologia da Libertação foi adaptada e aplicada em diferentes contextos culturais e sociais, bem como avaliar sua relevância global.

A análise histórica será utilizada para contextualizar o surgimento da Teologia da Libertação dentro dos desenvolvimentos políticos e sociais da América Latina nas décadas de 1960 e 1970. Isso incluirá o exame das condições que levaram ao surgimento do movimento, como as ditaduras militares, a pobreza extrema, e a influência do Concílio Vaticano II. A análise histórica também abordará a evolução do movimento ao longo do tempo, suas interações com a Igreja Católica e os desafios que enfrentou, especialmente durante os regimes autoritários na América Latina.

Além da análise documental e bibliográfica, uma análise crítica será realizada para avaliar as diversas interpretações e críticas à Teologia da Libertação. Essa análise buscará compreender as motivações por trás das críticas, bem como suas implicações teológicas e políticas. Será dada especial atenção às críticas internas dentro da Igreja Católica, bem como às reações de outras denominações cristãs e movimentos sociais. A análise crítica também incluirá uma reflexão sobre a relevância contemporânea da Teologia da Libertação, considerando as mudanças políticas,

sociais e culturais que ocorreram desde o surgimento do movimento. Isso incluirá a discussão sobre como a Teologia da Libertação pode continuar a influenciar o pensamento teológico e a prática pastoral em um mundo globalizado e cada vez mais secularizado.

A última etapa do estudo envolve a síntese dos resultados das análises realizadas, com o objetivo de oferecer uma visão integrada da Teologia da Libertação, suas contribuições e desafios. Essa síntese permitirá tirar conclusões sobre a relevância contínua do movimento e sobre as possibilidades de sua aplicação em contextos contemporâneos diversos, mantendo o foco em seu compromisso fundamental com a justiça social e a defesa dos oprimidos.

## 1 - ORIGEM E CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

A Teologia da Libertação surgiu em um momento de grande agitação social e política na América Latina, durante as décadas de 1960 e 1970. Esse período foi caracterizado por profundas desigualdades econômicas, repressão política e a presença de ditaduras militares em vários países do continente. A maioria da população vivia em condições de extrema pobreza, enquanto uma pequena elite desfrutava de riqueza e poder, frequentemente apoiada por regimes autoritários que utilizavam a violência para manter a ordem estabelecida. O contexto de desigualdade e opressão não era apenas uma realidade econômica, mas também uma realidade espiritual e moral que questionava a legitimidade das estruturas sociais existentes. A Igreja Católica, que tinha uma presença significativa na América Latina, enfrentava um dilema: continuar com sua postura tradicional de apoio às elites ou assumir um papel mais ativo na defesa dos pobres e oprimidos. Esse dilema se intensificou à medida que líderes religiosos e teólogos começaram a questionar o papel da Igreja em perpetuar as estruturas de injustiça.

Gustavo Gutiérrez, amplamente reconhecido como o pai da Teologia da Libertação, descreveu a situação da América Latina como uma "situação de pecado", caracterizada por estruturas sociais que "negam a vida" a milhões de pessoas (GUTIÉRREZ, 1971, p. 15). Ele argumentou que "a teologia não pode ser neutra; ela deve tomar partido, e esse partido é o dos pobres" (GUTIÉRREZ, 1971, p. 17). Para Gutiérrez, a pobreza não era apenas uma condição econômica, mas uma forma de violência estrutural que exigia uma resposta teológica e pastoral.

A Teologia da Libertação está amparada nas encíclicas papais que abordaram questões de justiça social e o papel da Igreja na sociedade. A encíclica *Rerum Novarum* (1891) do Papa Leão XIII, por exemplo, abordou pela primeira vez a questão da justiça social no contexto do capitalismo industrial, condenando a exploração dos trabalhadores e defendendo seus direitos (LEÃO XIII, 1891, p. 10). Essas ideias foram posteriormente desenvolvidas em documentos como a encíclica *Quadragesimo Anno* (1931) do Papa Pio XI, que criticava tanto o capitalismo desenfreado quanto o socialismo totalitário (PIO XI, 1931, p. 22).

No entanto, foi a encíclica *Populorum Progressio* (1967) do Papa Paulo VI que exerceu uma influência particularmente forte sobre os teólogos da libertação. Nessa encíclica, Paulo VI destacou a necessidade de desenvolvimento integral dos povos, reconhecendo que o desenvolvimento não se restringe ao crescimento econômico, mas deve incluir a promoção da justiça e a eliminação das desigualdades (PAULO VI, 1967, p. 35). O Papa argumentou que "o desenvolvimento é o novo nome da paz", afirmando que a paz só poderia ser alcançada através de uma distribuição justa dos recursos e do respeito pela dignidade humana (PAULO VI, 1967, p. 38).

Além da doutrina social da igreja católica, a Teologia da Libertação também foi influenciada pelo contexto histórico da descolonização que se espalhou pelo mundo após a Segunda Guerra Mundial. As lutas pela independência na África, Ásia e América Latina inspiraram muitos teólogos a questionar a legitimidade das estruturas coloniais e neocoloniais que perpetuavam a exploração e a opressão. Esse espírito anticolonial foi capturado por Gutiérrez quando ele afirmou que "a libertação dos povos oprimidos é parte essencial do processo de humanização e de construção do Reino de Deus na terra" (GUTIÉRREZ, 1971, p. 43).

Outra influência significativa foi o marxismo, que ofereceu uma análise crítica das estruturas econômicas e sociais que geravam a pobreza e a opressão. Embora os teólogos da libertação não adotassem o marxismo em sua totalidade, eles encontraram nele uma ferramenta útil para compreender as dinâmicas de exploração e para articular uma resposta teológica que levasse em conta as realidades sociais. Leonardo Boff, um dos principais teólogos da libertação, destacou que "o marxismo, enquanto método de análise, pode ser uma ferramenta útil para a teologia, desde que não se confunda com a fé cristã, que é a base de nossa reflexão" (BOFF, 1981, p. 27).

A Conferência Episcopal Latino-Americana, realizada em Medellín, Colômbia, em 1968, foi um marco decisivo para a Teologia da Libertação. Convocada pelo Papa Paulo VI, a Conferência de Medellín teve como objetivo discutir a aplicação dos ensinamentos do Concílio Vaticano II no contexto latino-americano. O Concílio Vaticano II (1962-1965) havia promovido uma visão renovada da Igreja como uma instituição em diálogo com o mundo moderno, comprometida com a promoção da justiça e da paz (VATICANO II, 1965, p. 54).

Em Medellín, os bispos latino-americanos reconheceram a gravidade da situação de pobreza e opressão na região e afirmaram a necessidade de uma "opção preferencial pelos pobres". Esse conceito, que se tornaria central na Teologia da Libertação, foi articulado nos documentos finais da conferência, que declararam: "A miséria como fato coletivo é uma injustiça que clama aos céus. A Igreja não pode ficar indiferente diante do clamor dos pobres" (CELAM, 1968, p. 15).

A Conferência de Medellín legitimou a Teologia da Libertação e deu um novo impulso ao movimento, incentivando teólogos e pastores a assumirem um papel mais ativo na luta pela justiça social. A partir de Medellín, a Teologia da Libertação começou a se consolidar como uma corrente teológica distinta, comprometida com a transformação das estruturas sociais injustas e com a promoção da dignidade humana (CELAM, 1968, p. 20).

Após a Conferência de Medellín, a Teologia da Libertação se espalhou rapidamente por toda a América Latina, encontrando ressonância em comunidades cristãs que viviam sob regimes autoritários e em condições de extrema pobreza. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que surgiram em vários países, tornaram-se o principal veículo de disseminação das ideias da Teologia da Libertação. Essas comunidades eram formadas por pequenos grupos de fiéis que se reuniam para refletir sobre o Evangelho à luz de sua realidade social e para organizar ações concretas de promoção da justiça (GUTIÉRREZ, 1971, p. 45).

No entanto, a expansão da Teologia da Libertação também provocou reações adversas, tanto de dentro quanto de fora da Igreja. As elites políticas e econômicas, que se sentiam incomodadas pela crescente mobilização dos pobres e pela crítica às estruturas de poder, começaram a reprimir o movimento. Muitos líderes religiosos e teólogos da libertação foram perseguidos, presos e até mesmo assassinados por seu envolvimento com a causa dos pobres. O caso mais emblemático foi o do arcebispo Óscar Romero, de El Salvador, que foi assassinado em 1980 enquanto celebrava a missa, após denunciar repetidamente as violações dos direitos humanos cometidas pelo governo salvadorenho (ROMERO, 1980).

Dentro da Igreja, a Teologia da Libertação enfrentou oposição, especialmente do Vaticano. Durante o pontificado de João Paulo II, a Congregação para a Doutrina da Fé, liderada pelo então cardeal Joseph Ratzinger, emitiu

documentos que criticavam a Teologia da Libertação, especialmente por seu uso de conceitos marxistas. Em 1984, o Vaticano publicou a "Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação", na qual expressava preocupações de que a teologia estava se tornando politizada e desviando-se dos ensinamentos tradicionais da Igreja (CDF, 1984, p. 5).

Apesar dessas críticas, a Teologia da Libertação continuou a se desenvolver e a influenciar o pensamento teológico em várias partes do mundo. Ela inspirou movimentos similares, como a Teologia Negra nos Estados Unidos e a Teologia Feminista, que adaptaram seus princípios para abordar outras formas de opressão e marginalização (CONE, 1970, p. 12).

A disseminação da Teologia da Libertação após a Conferência de Medellín marcou uma nova era na atuação da Igreja Católica na América Latina. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) emergiram como um fenômeno único, combinando a fé religiosa com um forte engajamento social e político. Essas comunidades se tornaram espaços onde os marginalizados não apenas encontravam consolo espiritual, mas também se organizavam para lutar contra as injustiças que enfrentavam diariamente. As CEBs, compostas principalmente por camponeses, operários e moradores de favelas, funcionavam como verdadeiros laboratórios de transformação social, onde a leitura do Evangelho era diretamente aplicada às realidades sociais, promovendo uma consciência crítica sobre as causas da pobreza e incentivando ações coletivas em prol da justiça (BOFF, 1981, p. 27).

A atuação das CEBs representava uma ruptura com a tradicional passividade associada ao cristianismo nas regiões de grande desigualdade social. Segundo Leonardo Boff, "as CEBs eram a semente de uma nova Igreja, uma Igreja dos pobres e com os pobres, onde o Evangelho era vivido em sua plenitude como uma força transformadora da realidade social" (BOFF, 1981, p. 30). Esse movimento, profundamente enraizado no cotidiano das classes populares, contrastava com a Igreja institucional que, em muitos casos, estava alinhada às elites e distante das preocupações dos mais necessitados (BOFF, 1981, p. 32).

Esse envolvimento direto das CEBs nas lutas sociais não passou despercebido pelas autoridades governamentais e econômicas, que viam no crescimento dessas comunidades uma ameaça ao status quo. A repressão foi severa,

com muitos líderes comunitários e religiosos sendo alvos de perseguição. A violência contra esses agentes de mudança não se limitou à intimidação; em muitos casos, resultou em execuções sumárias, como no caso do padre João Bosco Penido Burnier, assassinado no Brasil em 1976 enquanto defendia mulheres torturadas pela polícia. O martírio de religiosos como Burnier e Romero se tornou um símbolo do custo da fidelidade ao compromisso com os pobres e serviu para galvanizar ainda mais o movimento.

A reação do Vaticano, especialmente sob o pontificado de João Paulo II, refletiu uma preocupação com o que era percebido como uma politização excessiva da fé cristã. A "Instrução sobre alguns aspectos da 'Teologia da Libertação'", publicada em 1984 pela Congregação para a Doutrina da Fé, criticava abertamente o uso de categorias marxistas por parte dos teólogos da libertação, alertando contra a possível subversão da fé cristã pela ideologia. O documento afirmava que "a concepção de Cristo como libertador político e de salvação como libertação material é uma distorção do Evangelho" (CDF, 1984, p. 10). Essa crítica, no entanto, não conseguiu deter o avanço do movimento, que continuou a se expandir, adaptando-se e encontrando novas formas de expressão.

Na América Latina, a Teologia da Libertação não se limitou ao campo teológico, mas influenciou também a política e a sociedade. Em países como o Brasil e a Nicarágua, ela desempenhou um papel crucial na formação de movimentos sociais e partidos políticos que lutavam por reformas agrárias, direitos trabalhistas e contra a opressão dos regimes autoritários. A aliança entre setores progressistas da Igreja e movimentos sociais foi um dos fatores que contribuíram para o fim de várias ditaduras militares na região e para a redemocratização de muitos países (GUTIÉRREZ, 1983, p. 55).

No Brasil, a influência da Teologia da Libertação foi particularmente evidente no surgimento do Partido dos Trabalhadores (PT) na década de 1980, que nasceu de uma confluência entre operários, intelectuais e religiosos comprometidos com a causa dos pobres. As ideias da Teologia da Libertação, especialmente a opção preferencial pelos pobres e a crítica às estruturas de opressão, foram fundamentais na construção do ideário do partido. Luiz Inácio Lula da Silva, um dos fundadores do PT e ex-presidente do Brasil, reconheceu publicamente o papel das CEBs e da

Teologia da Libertação na formação de sua consciência política e na luta pelos direitos dos trabalhadores.

A Teologia da Libertação, no entanto, não ficou restrita à América Latina. Ela influenciou teólogos e ativistas em todo o mundo, que adaptaram seus princípios para abordar as realidades locais de opressão. Nos Estados Unidos, por exemplo, a Teologia Negra, liderada por figuras como James Cone, encontrou na Teologia da Libertação um ponto de apoio para desenvolver uma teologia que abordasse o racismo e a opressão dos afro-americanos. Cone argumentava que "a libertação dos negros deve ser entendida como parte da luta universal pela libertação de todos os oprimidos, um conceito que está no coração da Teologia da Libertação" (CONE, 1970, p. 27).

Na África, a Teologia da Libertação inspirou movimentos contra o apartheid na África do Sul e outros regimes opressores. O bispo sul-africano Desmond Tutu, um dos principais líderes da luta contra o apartheid, incorporou muitos dos princípios da Teologia da Libertação em sua prática pastoral, enfatizando a necessidade de uma justiça que fosse além da reconciliação, exigindo a transformação das estruturas sociais que perpetuavam a opressão. Tutu afirmou que se você é neutro em situações de injustiça, você escolhe o lado do opressor (Tutu, 2014).

Ao longo dos anos, a Teologia da Libertação evoluiu e se diversificou, dando origem a várias outras teologias contextuais que abordam diferentes formas de opressão e marginalização. A Eco-Teologia, que enfoca a justiça ambiental, e a Teologia Feminista, que luta contra a opressão das mulheres, são exemplos de como os princípios fundamentais da Teologia da Libertação continuam a inspirar novas abordagens teológicas. Essas novas teologias compartilham a convicção de que a fé cristã deve ser vivida como um compromisso com a transformação do mundo, enfrentando as injustiças onde quer que elas se manifestem (BOFF, 1993, p. 35).

A relevância contínua da Teologia da Libertação é evidente na forma como ela continua a inspirar movimentos sociais e religiosos em todo o mundo. Embora tenha enfrentado desafios e críticas, sua mensagem central — de que a fé cristã deve estar profundamente enraizada na realidade dos pobres e oprimidos — permanece tão poderosa e necessária hoje quanto era no momento de sua origem. Como Gutiérrez escreveu: "A Teologia da Libertação é, antes de mais nada, um modo de

fazer teologia, um modo que coloca a práxis da justiça no centro da reflexão teológica. É um chamado a viver a fé não como uma abstração, mas como um compromisso concreto com a transformação do mundo" (GUTIÉRREZ, 1983, p. 75).

Esse compromisso com a transformação do mundo é o que torna a Teologia da Libertação não apenas uma corrente teológica, mas um movimento social e espiritual que continua a desafiar e inspirar cristãos em todo o mundo. Sua capacidade de adaptar-se a diferentes contextos e desafios contemporâneos, mantendo sempre o foco na justiça e na dignidade humana, assegura sua relevância contínua e seu impacto duradouro na história da teologia e da Igreja.

### **1.1 Análise Crítica das Estruturas Sociais e Econômicas**

A análise crítica das estruturas sociais e econômicas é um dos pilares centrais da Teologia da Libertação. Este princípio está enraizado na compreensão de que a pobreza e a opressão não são meramente acidentes históricos ou falhas individuais, mas sim consequências de sistemas sociais e econômicos estruturados para perpetuar desigualdades. A Teologia da Libertação, portanto, adota uma abordagem que vê o pecado não apenas como uma falha moral individual, mas também como uma realidade estrutural, manifestada em instituições, políticas e práticas que oprimem os pobres e os marginalizados.

Gustavo Gutiérrez, argumenta que a pobreza deve ser entendida como uma forma de violência. Ele escreve: "A pobreza é um fenômeno complexo, um pecado estrutural que não é apenas econômico, mas que abrange todas as dimensões da vida humana, incluindo a social, cultural e política" (GUTIÉRREZ, 1971, p. 38). A partir dessa perspectiva, a libertação cristã deve ser dirigida não apenas à salvação espiritual, mas também à transformação das estruturas sociais que perpetuam a miséria e a opressão.

Esse foco nas estruturas sociais e econômicas levou os teólogos da libertação a adotar metodologias e ferramentas analíticas provenientes do marxismo. Embora não adotassem o marxismo como uma ideologia, eles reconheciam o valor

de sua análise crítica para compreender as raízes estruturais da desigualdade. Gutiérrez, por exemplo, utilizou a teoria marxista para criticar o capitalismo, argumentando que "o capitalismo, com sua lógica de lucro e acumulação, é intrinsecamente injusto, porque transforma as pessoas em meios para alcançar fins econômicos" (GUTIÉRREZ, 1971, p. 42).

Essa abordagem crítica foi expandida por outros teólogos da libertação, como Leonardo Boff, que enfatizou a importância de entender a interconexão entre as diferentes formas de opressão. Boff escreveu:

A opressão não é apenas econômica, mas também política, cultural e até religiosa. As estruturas sociais são tecidas de tal maneira que mantêm as pessoas em situações de subjugação, e a verdadeira libertação exige uma análise crítica e uma transformação dessas estruturas (BOFF, 1981, p. 87).

A Teologia da Libertação, portanto, não se limita a criticar as condições econômicas; ela também questiona as formas de poder que sustentam essas condições. Isso inclui uma crítica à própria Igreja, que, em muitos contextos, estava alinhada com as elites políticas e econômicas e, portanto, envolvida na perpetuação da opressão. Boff destacou a necessidade de uma "libertação eclesial", onde a Igreja se reformasse internamente para se alinhar com os pobres e oprimidos, em vez de servir como uma instituição de poder (BOFF, 1983, p. 61).

A análise crítica das estruturas sociais e econômicas levou a Teologia da Libertação a defender mudanças radicais nas sociedades latino-americanas. Isso incluía a defesa da reforma agrária, a nacionalização de recursos naturais e políticas de redistribuição de renda. Essas propostas, influenciadas pelo pensamento marxista, buscaram atacar as causas profundas da pobreza em vez de apenas remediar seus sintomas. A ideia era que a verdadeira libertação cristã deveria engajar-se em um processo de transformação social que envolvesse a criação de novas estruturas que promovam a justiça e a igualdade.

Esse compromisso com a transformação estrutural também levou a Teologia da Libertação a se engajar diretamente na política. Muitos teólogos e líderes religiosos envolvidos no movimento começaram a ver a participação política como uma extensão necessária de sua fé. Eles argumentavam que, para mudar as estruturas de opressão, era essencial que os cristãos participassem ativamente na

luta por políticas que favorecessem os pobres e marginalizados. Isso levou a uma crescente aliança entre setores progressistas da Igreja e movimentos sociais e políticos de esquerda.

No entanto, essa aliança entre a Teologia da Libertação e movimentos políticos de esquerda trouxe desafios e críticas. A associação com o marxismo, em particular, tornou-se uma fonte de controvérsia. Dentro da Igreja, houve preocupações de que a Teologia da Libertação estivesse se afastando dos ensinamentos cristãos tradicionais e abraçando uma ideologia secular. Essas preocupações foram expressas mais claramente na "Instrução sobre alguns aspectos da 'Teologia da Libertação'" publicada pela Congregação para a Doutrina da Fé em 1984. No documento, o Vaticano alertava que "a teologia cristã não pode ser reduzida a uma análise sociopolítica e econômica, nem pode adotar metodologias que substituam a visão cristã por uma visão puramente materialista do mundo" (CDF, 1984, p. 8).

Apesar dessas críticas, os teólogos da libertação continuaram a defender a necessidade de uma análise crítica das estruturas sociais e econômicas como parte integral de sua teologia. Eles argumentavam que ignorar as causas estruturais da pobreza seria ignorar uma parte essencial da missão cristã. Gutiérrez, em resposta às críticas, reafirmou que "a teologia deve ser uma reflexão sobre a prática concreta, e essa prática deve incluir a luta contra as estruturas de pecado que desumanizam os pobres" (GUTIÉRREZ, 1983, p. 95).

A Teologia da Libertação, com sua ênfase na análise crítica das estruturas sociais e econômicas, proporcionou um novo paradigma para entender a relação entre fé e justiça social. Ao conectar a mensagem do Evangelho com a realidade concreta dos pobres e oprimidos, ela desafiou tanto a Igreja quanto a sociedade a repensar suas prioridades e a considerar a transformação das estruturas sociais como uma parte central da missão cristã.

## **2 – COMPROMISSO COM A TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

O compromisso com a transformação social é um dos aspectos mais distintivos e essenciais da Teologia da Libertação. Este princípio se baseia na convicção de que a fé cristã não pode ser vivida de maneira autêntica sem um engajamento concreto na luta pela justiça social e pela erradicação das estruturas de opressão que afligem os pobres e marginalizados. Para os teólogos da libertação, a teologia não é apenas uma reflexão teórica, mas uma prática que deve conduzir a mudanças reais e tangíveis na sociedade.

Gustavo Gutiérrez, um dos principais expoentes da Teologia da Libertação, afirmou que "a fé cristã exige um compromisso com a história e com a transformação das estruturas injustas que perpetuam a pobreza e a opressão" (GUTIÉRREZ, 1971, p. 43). Esse compromisso não é uma escolha opcional, mas uma exigência intrínseca da mensagem do Evangelho, que chama os cristãos a serem agentes de transformação no mundo.

A Teologia da Libertação vê a luta pela justiça social como uma extensão natural da missão cristã. A transformação social, nesse contexto, é entendida como uma ação que busca mudar as condições de vida das pessoas de forma a promover a dignidade humana e assegurar os direitos básicos para todos, especialmente os mais vulneráveis. Essa visão é refletida na prática das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que foram fundamentais na organização de ações comunitárias em prol da justiça social. Nas CEBs, a leitura do Evangelho não era uma atividade puramente espiritual, mas um catalisador para a ação coletiva, visando transformar as realidades sociais que negavam a vida e a dignidade aos pobres.

Leonardo Boff, outro importante teólogo da libertação, enfatizou que "a verdadeira fé cristã é inseparável da práxis transformadora. Não basta professar a fé; é preciso vivê-la na prática cotidiana, lutando contra a injustiça e construindo uma sociedade mais justa e fraterna" (BOFF, 1981, p. 60). Essa práxis transformadora não se limita à caridade ou à assistência aos necessitados, mas envolve a participação ativa na mudança das estruturas sociais que geram a pobreza e a exclusão.

A Teologia da Libertação defende que a transformação social deve ocorrer em múltiplos níveis — pessoal, comunitário e estrutural. No nível pessoal, isso implica uma conversão contínua, onde os cristãos são chamados a repensar suas próprias atitudes em relação aos pobres e a assumir uma postura de solidariedade ativa. No nível comunitário, envolve a mobilização das comunidades para a ação coletiva, onde as pessoas se unem para enfrentar os desafios que afetam suas vidas. No nível estrutural, a transformação social demanda mudanças nas políticas públicas, nas estruturas econômicas e nas práticas culturais que perpetuam a injustiça.

Esse compromisso com a transformação social levou a Teologia da Libertação a se engajar em lutas específicas, como a reforma agrária, a defesa dos direitos humanos, a luta contra a repressão política e a promoção de políticas econômicas mais justas. No Brasil, por exemplo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) encontrou na Teologia da Libertação um apoio teológico e pastoral para sua luta por reforma agrária. As CEBs foram fundamentais na formação e mobilização dos trabalhadores rurais, oferecendo não apenas um espaço para a organização política, mas também um suporte espiritual que fortalecia a luta por justiça.

O compromisso com a transformação social também levou a Teologia da Libertação a questionar o papel da Igreja como instituição. Muitos teólogos da libertação criticaram a Igreja por sua aliança histórica com as elites e por sua falta de ação diante das injustiças sociais. Eles argumentaram que a Igreja precisava passar por uma "conversão pastoral", onde se distanciava das estruturas de poder e se aproximava dos pobres. Essa conversão implicaria não apenas mudanças na prática pastoral, mas também uma transformação na própria estrutura da Igreja, tornando-a mais democrática e mais comprometida com a justiça social.

Esse posicionamento provocou tensões dentro da Igreja, especialmente com a hierarquia eclesiástica. A visão de uma Igreja mais engajada politicamente foi vista com suspeita por muitos líderes eclesiásticos, que temiam que a Teologia da Libertação estivesse politizando a fé. No entanto, para os teólogos da libertação, a política e a fé eram inseparáveis na luta pela justiça. Como Boff colocou: "A fé cristã, se vivida em sua plenitude, leva inevitavelmente ao compromisso político, porque a fé

é uma força transformadora que deve ser aplicada à realidade concreta" (BOFF, 1981, p. 84).

Além das lutas políticas e sociais, a Teologia da Libertação também promoveu uma nova forma de espiritualidade, que integrava a ação social com a contemplação e a oração. Essa espiritualidade, conhecida como: "espiritualidade da libertação", enfatizava a presença de Deus na luta dos pobres e oprimidos. Gutiérrez descreveu essa espiritualidade como "uma mística que nasce do compromisso com os pobres e se alimenta da solidariedade com os oprimidos" (GUTIÉRREZ, 1983, p. 57). A espiritualidade da libertação não é uma fuga da realidade, mas uma imersão profunda na vida dos pobres, onde se encontra o Cristo sofredor e ressuscitado.

O compromisso com a transformação social, tal como defendido pela Teologia da Libertação, não se limita a um contexto histórico específico, mas se aplica a qualquer situação onde a injustiça prevalece. Esse princípio tem sido adaptado e aplicado em diferentes contextos ao redor do mundo, inspirando novas formas de teologia contextual que abordam questões como o racismo, o sexismo, a homofobia e a degradação ambiental. A Teologia Feminista, a Teologia Negra e a Eco-Teologia são exemplos de como o compromisso com a transformação social continua a ser uma força viva na teologia contemporânea.

Em resumo, o compromisso com a transformação social na Teologia da Libertação é uma expressão concreta da fé cristã, que não se contenta com a simples proclamação do Evangelho, mas busca viver essa mensagem através da ação que promove a justiça e a dignidade humana. Esse compromisso desafia tanto a Igreja quanto a sociedade a se transformarem e a se alinharem com os valores do Reino de Deus, que é um reino de justiça, paz e fraternidade.

## **2.1 A Relação entre Fé e Política**

A relação entre fé e política é um dos aspectos mais controversos e, ao mesmo tempo, fundamentais da Teologia da Libertação. Este princípio se baseia na convicção de que a fé cristã não pode ser separada da realidade social e política em que os fiéis vivem. Para os teólogos da libertação, a política não é um campo distante

ou alheio à fé; pelo contrário, é uma dimensão vital onde a prática cristã se concretiza na luta pela justiça e pela transformação das estruturas de opressão.

Gustavo Gutiérrez, em sua obra seminal "Teologia da Libertação", enfatiza que a política é uma forma de amar o próximo, uma expressão concreta da caridade cristã quando é orientada para a justiça social e a libertação dos oprimidos (Gutiérrez, 1971). Para Gutiérrez, a fé não pode ser confinada ao âmbito privado ou pessoal; ela deve se manifestar publicamente, influenciando as políticas que afetam a vida das pessoas, especialmente dos pobres e marginalizados.

A Teologia da Libertação, portanto, propõe uma visão integrada da fé e da política, onde ambas se alimentam mutuamente. A fé oferece a base ética e espiritual para a ação política, enquanto a política é o campo onde os valores cristãos de justiça, solidariedade e amor ao próximo são postos em prática. Essa visão contrasta fortemente com a perspectiva tradicional que muitas vezes vê a política como um domínio separado ou até mesmo oposto ao da religião.

Leonardo Boff, outro proeminente teólogo da libertação, argumenta que "A necessidade da presença da Igreja no âmbito político provém do mais íntimo da fé cristã" (BOFF, 1981, p. 516). A política é o espaço onde a justiça de Deus deve se realizar, onde os cristãos são chamados a ser sal da terra e luz do mundo (Boff, 1981). Boff defende que os cristãos têm a responsabilidade de se envolver politicamente, não apenas para influenciar as políticas públicas, mas também para transformar as estruturas sociais que geram injustiça e sofrimento.

Essa integração entre fé e política levou a Teologia da Libertação a apoiar e se engajar em movimentos políticos de esquerda na América Latina. Muitos teólogos da libertação viram no socialismo um caminho para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde os recursos seriam distribuídos de forma mais equitativa e onde os pobres teriam acesso aos direitos básicos. No entanto, essa aliança com o socialismo e, em alguns casos, com o marxismo, trouxe críticas tanto de dentro quanto de fora da Igreja.

A "Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação", publicada pelo Vaticano em 1984, expressava preocupações sobre essa ligação entre a teologia e a política. O documento alertava que a mistura entre a mensagem cristã e a ideologia

política pode levar a uma confusão que desvirtua tanto a fé quanto a política (CDF, 1984). A Igreja, segundo o documento, deveria manter sua independência em relação às ideologias políticas, para não comprometer a pureza da fé cristã.

Apesar dessas críticas, os teólogos da libertação continuaram a defender a necessidade de um envolvimento político direto como parte integral de sua missão cristã. Eles argumentavam que a neutralidade política, em contextos de injustiça e opressão, era, na verdade, uma forma de cumplicidade com o sistema opressor. Como afirmou Dom Hélder Câmara, um dos bispos brasileiros mais influentes na época: Quando dou comida aos pobres, me chamam de santo. Quando pergunto por que eles são pobres, me chamam de comunista (Câmara, 1970). Essa frase encapsula a tensão entre a prática cristã da caridade e o engajamento político pela justiça social.

O envolvimento da Teologia da Libertação com a política também levou ao desenvolvimento de uma nova compreensão do papel da Igreja na sociedade. A Igreja, segundo os teólogos da libertação, não deve ser apenas uma instituição espiritual, mas também uma força profética que denuncia as injustiças e promove a transformação social. Isso implica uma Igreja que não se alinha automaticamente com o poder, mas que se coloca ao lado dos oprimidos e marginalizados.

Essa visão profética da Igreja foi colocada em prática em várias regiões da América Latina, onde a Teologia da Libertação inspirou movimentos sociais que lutavam contra a repressão política e econômica. No Brasil, por exemplo, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) tornaram-se centros de resistência contra a ditadura militar, promovendo não apenas a espiritualidade, mas também a conscientização política e a mobilização social. Essas comunidades eram vistas como perigosas pelos regimes autoritários precisamente porque combinavam a fé com a ação política, criando uma base popular que desafiava o status quo.

Na Nicarágua, a Teologia da Libertação teve um papel crucial na Revolução Sandinista, onde muitos padres e religiosos participaram ativamente no movimento que derrubou a ditadura de Somoza. A participação de religiosos no governo sandinista, como o padre Ernesto Cardenal, que foi ministro da cultura, exemplifica como a Teologia da Libertação vê a política não como um campo alheio à fé, mas

como um espaço onde a fé pode e deve influenciar a construção de uma sociedade mais justa.

No entanto, essa relação entre fé e política também trouxe desafios e dilemas. A participação direta de religiosos na política gerou debates sobre os limites entre o papel pastoral e o papel político. Alguns críticos argumentaram que a Igreja estava se envolvendo excessivamente na política, comprometendo sua missão espiritual e correndo o risco de alienar partes significativas da população que não compartilhavam das mesmas orientações políticas. Além disso, em alguns casos, a identificação da Teologia da Libertação com movimentos políticos de esquerda levou a perseguições e repressões por parte de regimes autoritários, que viam a teologia como uma ameaça à sua hegemonia.

Outro aspecto importante da relação entre fé e política na Teologia da Libertação é a concepção de poder. Ao contrário das tradições que veem o poder como algo a ser conquistado e mantido, a Teologia da Libertação propõe uma visão do poder como serviço. Gutiérrez afirma que o poder, do ponto de vista cristão, deve ser exercido como um serviço ao próximo, especialmente aos mais fracos e vulneráveis (Gutiérrez, 1971). Essa concepção de poder contrasta fortemente com as formas de poder autoritário e opressivo, propondo uma ética de liderança que privilegia a justiça, a compaixão e a solidariedade.

A relação entre fé e política, tal como articulada pela Teologia da Libertação, não apenas redefine o papel do cristão no mundo, mas também desafia profundamente as concepções tradicionais de neutralidade política da Igreja. Ao argumentar que a fé exige um compromisso ativo com a transformação das estruturas injustas, a Teologia da Libertação afirma que a política é um espaço essencial onde a mensagem do Evangelho deve ser encarnada. Isso representa uma mudança paradigmática na forma como a Igreja Católica, especialmente em suas hierarquias mais tradicionais, tem entendido o papel da religião na vida pública.

Gustavo Gutiérrez argumenta que a neutralidade em situações de opressão é uma escolha a favor do opressor (Gutiérrez, 1971), sublinhando a ideia de que a inação ou a recusa em tomar uma posição clara diante das injustiças sociais é, em si mesma, uma forma de cumplicidade. Para os teólogos da libertação, a fé cristã é inseparável da responsabilidade moral e social de resistir às estruturas de pecado que

perpetuam a pobreza e a exclusão. Essa visão contrasta fortemente com a ideia de que a religião deve se manter à parte da política, servindo apenas como um guia espiritual pessoal.

Esse envolvimento direto com questões políticas e sociais também foi influenciado por uma leitura particular das Escrituras, onde os teólogos da libertação encontraram um Jesus que não apenas pregava uma mensagem espiritual, mas também desafiava diretamente as autoridades políticas e religiosas de seu tempo. Leonardo Boff escreve que "A fé cristã desperta para a macro caridade, para a justiça social, para o significado verdadeiro da libertação global de Jesus Cristo, que exige uma transformação não só da pessoa, mas também das estruturas. " (Boff, 1981, p. 225). Essa interpretação vê em Jesus um modelo de ativismo político que combina o anúncio de uma nova realidade espiritual com a luta concreta contra as injustiças do mundo.

A Teologia da Libertação, ao colocar a fé em diálogo com as realidades políticas, também redefiniu a noção de salvação. Tradicionalmente, a salvação era entendida principalmente em termos espirituais — uma libertação do pecado e uma promessa de vida eterna. No entanto, a Teologia da Libertação expande esse conceito para incluir a libertação de condições sociais e políticas opressivas. Gutiérrez propõe que a salvação é um processo integral que abrange a totalidade da pessoa humana e suas relações com os outros e com o mundo. A libertação do pecado e a libertação da opressão social são inseparáveis (Gutiérrez, 1971). Essa visão holística da salvação exige que os cristãos trabalhem tanto pela libertação espiritual quanto pela libertação material.

Essa visão integrada de fé e política, no entanto, não é isenta de tensões e dilemas. A implicação de que a Igreja deve se engajar politicamente levanta questões sobre até que ponto a instituição religiosa pode e deve influenciar ou se alinhar com movimentos políticos específicos. A Teologia da Libertação enfrentou críticas, tanto de dentro da Igreja quanto de fora, por seu suposto envolvimento com ideologias de esquerda, particularmente com o marxismo. A crítica do Vaticano expressa na "Instrução sobre alguns aspectos da 'Teologia da Libertação'" (1984) reflete essas preocupações, sugerindo que a adoção de métodos marxistas poderia comprometer a autonomia e a integridade da fé cristã.

Os teólogos da libertação, contudo, argumentaram que o uso de ferramentas analíticas marxistas era justificado pela necessidade de entender e transformar as condições de opressão. Gutiérrez esclarece que o marxismo, enquanto instrumento de análise, pode ser útil para compreender as causas estruturais da pobreza e da injustiça, mas a teologia cristã deve manter sua identidade distinta e sua base na revelação divina (Gutiérrez, 1983). Essa posição busca equilibrar o uso de metodologias seculares com a fidelidade aos princípios fundamentais da fé cristã.

A relação entre fé e política na Teologia da Libertação também se manifesta na prática pastoral. Nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), por exemplo, a prática da fé era inseparável do envolvimento político. Nessas comunidades, os fiéis não apenas se reuniam para a leitura da Bíblia e para a oração, mas também para discutir questões políticas locais, organizar ações comunitárias e planejar formas de resistir às injustiças que enfrentavam diariamente. Essas comunidades se tornaram verdadeiros laboratórios de uma teologia engajada, onde a fé e a política eram vividas de maneira integrada e transformadora.

A experiência das CEBs exemplifica como a Teologia da Libertação promove uma eclesiologia que é profundamente participativa e que desafia as hierarquias tradicionais da Igreja. Ao empoderar os leigos, especialmente os pobres, para se tornarem agentes de sua própria libertação, as CEBs refletiram uma visão de Igreja que é "Ter a coragem de criar e deixar crescer uma Igreja popular, uma Igreja do povo, com os valores do povo" "Até há pouco a Igreja não era do povo, mas dos padres para o povo." (Boff, 1981, p.223). Essa visão contrasta com a concepção tradicional de uma Igreja hierárquica, onde a autoridade e a direção vêm de cima para baixo.

O impacto da Teologia da Libertação na prática política foi sentido em várias partes da América Latina. Na Nicarágua, durante a Revolução Sandinista, a Teologia da Libertação teve um papel significativo na formação do pensamento político dos revolucionários. A participação de clérigos como Ernesto Cardenal no governo sandinista ilustra como a fé e a política se entrelaçaram na luta contra a ditadura de Somoza. Cardenal, que se tornou ministro da cultura, defendeu a ideia de que a revolução é uma forma de realizar o Reino de Deus na terra, onde a justiça e a paz se encontram (Cardenal, 1980). Esse envolvimento direto de religiosos na política

não foi isento de controvérsias, mas destacou o compromisso da Teologia da Libertação com a transformação social e política.

Outro exemplo significativo é a atuação de Dom Hélder Câmara, arcebispo de Olinda e Recife, no Brasil. Dom Hélder foi um defensor incansável dos direitos humanos e da justiça social, e sua atuação política foi fortemente influenciada pela Teologia da Libertação. Ele ficou famoso por suas declarações contundentes contra a pobreza e a opressão, afirmando: Quando dou comida aos pobres, me chamam de santo. Quando pergunto por que eles são pobres, me chamam de comunista (Câmara, 1970). Sua postura profética e seu compromisso com os pobres fizeram dele uma figura emblemática da Igreja latino-americana comprometida com a transformação social.

Apesar das críticas e das dificuldades, a Teologia da Libertação deixou um legado duradouro na forma como a fé e a política são entendidas e vividas na América Latina e além. Sua insistência na inseparabilidade entre fé e política influenciou não apenas teólogos e religiosos, mas também movimentos sociais, ativistas e políticos. O movimento lançou as bases para uma teologia contextual que continua a inspirar novas gerações a lutar pela justiça social, seja em questões de desigualdade econômica, direitos humanos ou justiça ambiental.

Além disso, a Teologia da Libertação continua a oferecer uma crítica poderosa às formas de cristianismo que se contentam com uma espiritualidade desvinculada das realidades sociais. Ao afirmar que a fé cristã deve ser vivida como um compromisso com a transformação do mundo, a Teologia da Libertação desafia os cristãos a reavaliar sua relação com a política e a reconhecer que a busca pelo Reino de Deus inclui a luta por uma sociedade mais justa e equitativa.

### 3 – AS CRÍTICAS À TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

A Teologia da Libertação, desde o seu surgimento, não passou despercebida e gerou uma série de críticas e controvérsias, tanto dentro da Igreja Católica quanto fora dela. Essas críticas variam desde questões teológicas e doutrinárias até preocupações políticas e ideológicas. A natureza provocativa da Teologia da Libertação, que busca confrontar e transformar as estruturas de opressão, inevitavelmente colocou-a em conflito com instituições estabelecidas, tanto religiosas quanto seculares.

Uma das principais críticas à Teologia da Libertação é sua associação com o marxismo. Embora os teólogos da libertação tenham frequentemente esclarecido que utilizam o marxismo como uma ferramenta analítica para entender as causas estruturais da pobreza e da opressão, muitos críticos argumentam que essa associação compromete a pureza da fé cristã. A Congregação para a Doutrina da Fé, sob a liderança do então cardeal Joseph Ratzinger (futuro Papa Bento XVI), emitiu um documento em 1984 intitulado "Instrução sobre alguns aspectos da 'Teologia da Libertação'", que expressava preocupações sobre essa associação. O documento afirmava que a concepção de Cristo como libertador político e de salvação como libertação material é uma distorção do Evangelho e alertava que "a adoção de análises marxistas pode levar à aceitação de uma visão materialista da história, o que é incompatível com a fé cristã" (CDF, 1984, p. 11).

Os críticos internos à Igreja também argumentaram que a Teologia da Libertação, ao adotar uma postura política ativa, corre o risco de politizar a fé e de comprometer a independência da Igreja. A preocupação era de que a Igreja, ao se envolver diretamente em lutas políticas, poderia se alinhar a ideologias temporais e perder sua missão espiritual universal. Alguns temiam que a Teologia da Libertação estivesse transformando a mensagem cristã em um programa político, onde a dimensão espiritual da fé seria secundarizada ou instrumentalizada para fins ideológicos.

Leonardo Boff, um dos teólogos mais proeminentes da Teologia da Libertação, respondeu a essas críticas argumentando que:

a fé cristã, quando vivida em sua plenitude, leva inevitavelmente ao compromisso com a justiça social. A separação entre fé e política é artificial, pois o Evangelho é uma mensagem que transforma a totalidade da vida humana, incluindo a dimensão social e política (Boff, 1981, p. 84).

Boff e outros teólogos da libertação sustentam que a crítica à associação com o marxismo muitas vezes ignora a realidade concreta da opressão que as comunidades pobres enfrentam e a necessidade de ferramentas analíticas para compreender e enfrentar essa opressão.

Outra crítica significativa à Teologia da Libertação vem de setores conservadores dentro da Igreja, que acusam o movimento de se afastar dos ensinamentos tradicionais da Igreja e de promover uma forma de "evangelho social" que negligencia a dimensão transcendente da fé. Esses críticos argumentam que a ênfase na transformação social pode levar a uma visão reducionista da missão cristã, onde a salvação é entendida principalmente em termos políticos e econômicos, em detrimento da dimensão espiritual e eterna da salvação.

Por outro lado, a Teologia da Libertação também enfrentou críticas de fora da Igreja, especialmente de governos e elites políticas na América Latina. O apoio da Teologia da Libertação aos movimentos sociais e políticos que desafiavam o status quo foi visto como uma ameaça direta às estruturas de poder. Em vários países, teólogos da libertação e líderes religiosos foram perseguidos, presos e, em alguns casos, assassinados por suas atividades. Um exemplo trágico foi o assassinato do arcebispo Óscar Romero, em El Salvador, em 1980. Romero, que havia se tornado um símbolo da luta pelos direitos humanos e pela justiça social, foi morto enquanto celebrava a missa, após ter denunciado repetidamente as violações dos direitos humanos cometidas pelo governo salvadoreño. Ele é lembrado como um mártir da Teologia da Libertação, alguém que pagou o preço supremo por seu compromisso com os pobres e oprimidos.

Além das críticas sobre sua associação com o marxismo e sua politização da fé, a Teologia da Libertação também foi questionada por alguns setores quanto à sua eficácia e relevância em contextos contemporâneos. Com o fim das ditaduras militares na América Latina e a transição para regimes democráticos, alguns críticos argumentam que a Teologia da Libertação perdeu parte de sua relevância, já que as condições políticas e sociais mudaram. No entanto, teólogos da libertação como Jon

Sobrino afirmam que a luta pela justiça social continua a ser uma necessidade urgente em um mundo onde a globalização econômica perpetua novas formas de opressão e exclusão (Sobrino, 2008). Para Sobrino e outros, a Teologia da Libertação deve se adaptar aos novos desafios, mas sem perder seu foco central na defesa dos pobres.

A Teologia da Libertação também foi criticada por sua abordagem da evangelização e do papel da espiritualidade. Alguns críticos argumentam que o movimento, ao focar tanto na transformação social, corre o risco de negligenciar a evangelização tradicional e a dimensão espiritual da vida cristã. Eles sugerem que a Teologia da Libertação pode subestimar a importância da conversão pessoal e da santidade individual em favor de uma transformação coletiva. Em resposta, teólogos da libertação como Gustavo Gutiérrez insistem que "a espiritualidade da libertação é uma espiritualidade integral, que busca a transformação tanto do coração quanto das estruturas sociais. A verdadeira conversão cristã inclui um compromisso com os outros, especialmente com os mais vulneráveis" (Gutiérrez, 1983, p. 57).

Um ponto de debate dentro da própria Teologia da Libertação é como equilibrar a luta pela justiça social com a necessidade de preservar a identidade cristã e evitar que a teologia se dilua em movimentos políticos puramente seculares. Esse desafio é especialmente relevante em um contexto global onde as lutas por justiça social muitas vezes se expressam em termos que não incluem necessariamente uma visão teológica ou religiosa. A Teologia da Libertação, portanto, enfrenta o desafio contínuo de afirmar sua identidade cristã enquanto se engaja ativamente em questões sociais e políticas.

A Teologia da Libertação, ao emergir como uma resposta radical às condições de opressão na América Latina, inevitavelmente se tornou um foco de intenso debate teológico, político e social. As críticas que recebeu não apenas revelam as tensões internas da Igreja Católica, mas também refletem os confrontos mais amplos entre ideologias e visões de mundo em uma região marcada por profundas desigualdades e conflitos. Para entender completamente as controvérsias que cercam a Teologia da Libertação, é crucial explorar essas críticas em maior profundidade e considerar as respostas que o movimento formulou ao longo do tempo.

Dentro da Igreja Católica, uma das principais críticas à Teologia da Libertação é a preocupação com a ortodoxia doutrinária. O temor de que a Teologia

da Libertação pudesse se desviar dos ensinamentos tradicionais da Igreja levou o Vaticano a monitorar de perto o movimento. A "Instrução sobre alguns aspectos da Teologia da Libertação" (1984) não foi apenas uma reação ao uso de categorias marxistas, mas também uma tentativa de reafirmar a centralidade da dimensão espiritual da fé, que muitos no Vaticano acreditavam estar sendo eclipsada pela ênfase na ação política. O documento insistia que a verdadeira libertação cristã deve começar com a libertação do pecado, a qual é a raiz de todas as outras formas de opressão (CDF, 1984).

Essa insistência na primazia da dimensão espiritual foi vista por muitos teólogos da libertação como uma tentativa de desviar o foco da necessidade urgente de transformação social. Gustavo Gutiérrez e outros argumentaram que a libertação do pecado e a libertação das condições de opressão social não são realidades separadas, mas interligadas (Gutiérrez, 1983). Para eles, qualquer tentativa de separar a fé da realidade social era, em si mesma, uma forma de alienação, que perpetuava a injustiça ao manter a fé confinada a um domínio exclusivamente pessoal ou espiritual.

Outra crítica significativa dentro da Igreja diz respeito ao papel da hierarquia e à autoridade eclesiástica. A Teologia da Libertação, ao promover uma eclesiologia de base e uma Igreja comprometida com os pobres, desafiou as estruturas tradicionais de poder dentro da Igreja Católica. Isso criou tensões com a hierarquia, que via essas mudanças como uma ameaça à sua autoridade. Muitos bispos e cardeais expressaram preocupação de que o movimento estava promovendo uma forma de "protestantismo disfarçado", onde a autoridade da Igreja institucional seria substituída pela autoridade das comunidades locais. Esse medo foi exacerbado pelo fato de que, em muitos casos, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) operavam de maneira autônoma, com pouca ou nenhuma supervisão da hierarquia eclesiástica.

Leonardo Boff, que enfrentou a censura do Vaticano por suas posições, argumentou que "a autoridade na Igreja deve ser entendida como serviço, não como dominação. O modelo hierárquico tradicional precisa ser repensado à luz da opção preferencial pelos pobres, que exige uma Igreja mais democrática e participativa" (Boff, 1986, p. 34). Para Boff e outros, a crítica à autoridade hierárquica não era uma

rejeição da Igreja, mas um chamado à sua renovação, para que ela pudesse realmente cumprir sua missão evangélica em um mundo marcado pela desigualdade.

Um dos aspectos mais controversos da Teologia da Libertação é seu uso das ferramentas analíticas do marxismo. Embora muitos teólogos da libertação tenham sido cuidadosos em distinguir entre a aplicação do marxismo como uma ferramenta analítica e a adoção do marxismo como ideologia, essa distinção nem sempre foi clara para os críticos. A associação com o marxismo levou a acusações de que a Teologia da Libertação estava adotando uma visão materialista e reducionista da história, que colocava a luta de classes no centro, em detrimento da transcendência e da dimensão espiritual da fé cristã.

A Congregação para a Doutrina da Fé, em sua instrução de 1984, expressou a preocupação de que o uso de categorias marxistas pode levar à aceitação de uma visão do mundo que é fundamentalmente incompatível com a fé cristã. A teologia deve ser fiel ao Evangelho, que transcende todas as ideologias políticas (CDF, 1984). Para o Vaticano, o perigo estava em permitir que a análise sociopolítica marxista determinasse a interpretação teológica, em vez de subordinar essa análise à luz do Evangelho.

Por outro lado, defensores da Teologia da Libertação, como Jon Sobrino, argumentaram que "a utilização do marxismo como ferramenta de análise não implica uma aceitação de sua visão materialista do mundo, mas sim uma utilização crítica e seletiva de suas categorias para entender as realidades da opressão" (Sobrino, 2008, p. 73). Sobrino e outros afirmaram que, em um contexto de extrema pobreza e violência institucionalizada, a análise marxista oferecia insights valiosos para entender as dinâmicas de exploração e as causas estruturais da desigualdade. Eles insistem que o uso do marxismo na Teologia da Libertação é instrumental e não ideológico, servindo para iluminar as condições sociais e econômicas que a teologia cristã deve enfrentar e transformar.

Outro ponto de crítica é o papel da Teologia da Libertação na politização da fé. Alguns críticos, tanto dentro quanto fora da Igreja, argumentam que a Teologia da Libertação pode levar a uma politização excessiva da fé, onde as questões espirituais e teológicas são subordinadas a agendas políticas. Essa crítica reflete um medo de que a Igreja se envolva demasiado em lutas políticas específicas, arriscando

sua missão espiritual universal e a neutralidade que muitos consideram essencial para sua autoridade moral. Essa politização, argumentam os críticos, poderia alienar partes da comunidade cristã que não compartilham das mesmas orientações políticas, e poderia também comprometer a independência da Igreja em relação ao poder temporal.

A resposta dos teólogos da libertação a essa crítica é que a fé cristã, para ser autêntica, não pode ser apolítica. Leonardo Boff, por exemplo, argumenta que:

toda fé tem implicações políticas, mesmo quando se proclama neutra ou apolítica. A neutralidade, em situações de opressão, é uma forma de apoio ao status quo. A verdadeira fé cristã exige uma opção pelos pobres, que inevitavelmente tem consequências políticas (Boff, 1981, p. 60).

Para Boff e outros, a separação entre fé e política é artificial, pois o Evangelho é uma mensagem que impacta a totalidade da vida humana, incluindo suas dimensões sociais e políticas.

Essa integração entre fé e política também se reflete nas práticas pastorais das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que são um exemplo concreto de como a Teologia da Libertação procura combinar a espiritualidade com a ação social e política. Nessas comunidades, a prática da fé está intrinsecamente ligada ao envolvimento nas lutas por justiça social, demonstrando que a religião pode ser uma força poderosa para a mudança social. No entanto, esse modelo também gerou tensões, especialmente em contextos onde as CEBs foram vistas como subversivas pelos regimes autoritários, levando a perseguições e repressões severas.

A Teologia da Libertação também foi criticada por sua abordagem da evangelização e da espiritualidade. Alguns críticos, especialmente aqueles com uma perspectiva mais conservadora, argumentam que o foco na transformação social pode levar a uma negligência da dimensão espiritual da vida cristã. Eles sugerem que a Teologia da Libertação corre o risco de reduzir a mensagem cristã a uma mera ideologia de justiça social, perdendo de vista a centralidade da conversão pessoal e da santidade individual. Essa crítica, no entanto, foi abordada por teólogos como Gustavo Gutiérrez, que insistem que:

a espiritualidade da libertação é uma espiritualidade integral, que busca a transformação tanto do coração quanto das estruturas sociais. A verdadeira conversão cristã inclui um compromisso com os outros, especialmente com os mais vulneráveis (Gutiérrez, 1983, p. 57).

A relação entre a Teologia da Libertação e as estruturas de poder também é um tema de crítica. A Teologia da Libertação, ao desafiar as estruturas opressivas, muitas vezes se encontrou em conflito direto com governos e elites políticas na América Latina. Esse confronto resultou em perseguições severas, prisões e até assassinatos de líderes religiosos e teólogos envolvidos no movimento. O exemplo mais trágico é o do arcebispo Óscar Romero, que foi assassinado em 1980 enquanto celebrava a missa, após ter se tornado uma voz poderosa contra a repressão em El Salvador. Romero é frequentemente citado como um mártir da Teologia da Libertação, alguém que incorporou em sua vida e em sua morte o compromisso com os pobres e oprimidos.

Além dessas críticas, a Teologia da Libertação também enfrentou desafios quanto à sua eficácia e relevância em contextos contemporâneos. Com o fim das ditaduras militares na América Latina e a transição para regimes democráticos, alguns críticos argumentaram que a Teologia da Libertação perdeu parte de sua relevância, uma vez que as condições políticas e sociais mudaram. No entanto, teólogos como Jon Sobrino defendem que a luta pela justiça social continua a ser uma necessidade urgente em um mundo onde a globalização econômica perpetua novas formas de opressão e exclusão (Sobrino, 2008). Para esses teólogos, a Teologia da Libertação deve se adaptar aos novos desafios globais, como a crise climática, as migrações forçadas e as novas formas de pobreza, mas sem perder seu foco central na defesa dos pobres.

Outra crítica significativa à Teologia da Libertação é a questão da contextualização. Embora o movimento tenha surgido em resposta às condições específicas da América Latina, sua aplicabilidade em outros contextos tem sido objeto de debate. Críticos questionam se os princípios da Teologia da Libertação podem ser universalizados ou se devem ser adaptados a contextos culturais e sociais diferentes. Em resposta, a Teologia da Libertação tem inspirado o desenvolvimento de outras teologias contextuais, como a Teologia Negra nos Estados Unidos, a Teologia Feminista e a Eco-Teologia, que adaptam os princípios da libertação às realidades específicas de outras comunidades oprimidas. Esses movimentos demonstram a

flexibilidade e a adaptabilidade da Teologia da Libertação, confirmando que seu núcleo de justiça social e compromisso com os oprimidos tem relevância além das fronteiras da América Latina.

A Teologia da Libertação, ao longo das décadas, tornou-se uma das abordagens teológicas mais discutidas e, simultaneamente, mais impactantes dentro do cristianismo global. Suas raízes profundas na realidade social da América Latina, combinadas com sua ousadia em desafiar tanto as estruturas eclesiais quanto as políticas, garantiram que ela permanecesse no centro das atenções, tanto por seu poder transformador quanto pelas controvérsias que inevitavelmente gerou.

Um dos desafios mais persistentes enfrentados pela Teologia da Libertação foi a questão da implementação de seus princípios em contextos práticos. A transição das ideias teológicas para a ação concreta sempre foi complexa, especialmente em ambientes onde as condições sociais, políticas e econômicas são extremamente hostis. Nas décadas de 1970 e 1980, muitos países latino-americanos estavam sob regimes autoritários que viam qualquer forma de mobilização social como uma ameaça. A Teologia da Libertação, com sua ênfase na organização comunitária e na conscientização política, rapidamente atraiu a atenção indesejada de governos repressivos.

Os teólogos da libertação frequentemente se encontravam em situações de alto risco. Em muitos casos, o simples ato de se organizar em comunidades eclesiais de base era visto como subversivo, e os líderes dessas comunidades, assim como os teólogos que os apoiavam, frequentemente enfrentavam perseguições violentas. A repressão não se limitava a perseguições isoladas; em países como El Salvador, Guatemala e Brasil, houve uma verdadeira campanha contra o movimento, que incluiu desde intimidações até assassinatos. O caso de Óscar Romero, mencionado anteriormente, é apenas um dos muitos exemplos de líderes religiosos que pagaram com a vida por sua adesão aos princípios da Teologia da Libertação.

Além da repressão direta, havia também o desafio de manter a coesão e a eficácia das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) em meio a condições sociais extremamente difíceis. As CEBs eram, em sua essência, um experimento de democracia direta dentro da Igreja, onde os membros da comunidade, muitas vezes pobres e marginalizados, tinham voz ativa na interpretação das Escrituras e na

tomada de decisões. No entanto, essa estrutura descentralizada também tornava as CEBs vulneráveis a divisões internas e a dificuldades na coordenação de esforços em escala maior.

Outro desafio significativo foi a resistência cultural e social em algumas regiões, onde as tradições religiosas estavam profundamente enraizadas em formas mais conservadoras de catolicismo. Nesses contextos, a Teologia da Libertação frequentemente era vista como uma ruptura com as práticas e crenças estabelecidas, o que gerava resistência tanto das elites locais quanto dos próprios fiéis. Em algumas áreas, essa resistência levou à marginalização das CEBs e à dificuldade em implementar projetos de transformação social que fossem amplamente aceitos pela comunidade.

Com o passar dos anos, a Teologia da Libertação precisou se adaptar a novas realidades e desafios. O final das ditaduras militares em muitos países latino-americanos e a transição para regimes democráticos alteraram o cenário político, mas não eliminaram as profundas desigualdades econômicas e sociais que a Teologia da Libertação sempre buscou combater. A globalização, por exemplo, trouxe novos desafios, ao mesmo tempo em que ofereceu novas oportunidades para a teologia se expandir e se diversificar.

Na era da globalização, a Teologia da Libertação começou a dialogar com outras teologias contextuais ao redor do mundo. Esse diálogo ajudou a enriquecer o movimento, levando a uma compreensão mais ampla das formas de opressão e a criação de novas alianças globais em torno de questões como justiça social, direitos humanos e sustentabilidade ambiental. No entanto, essa expansão também exigiu que a Teologia da Libertação se adaptasse a diferentes contextos culturais, políticos e religiosos.

a Eco-Teologia por exemplo, que surgiu em resposta à crescente crise ambiental global. A Eco-Teologia adapta os princípios da Teologia da Libertação para abordar questões de justiça ambiental, defendendo que a luta pela libertação dos pobres deve incluir a luta pela preservação da Terra. Leonardo Boff, um dos principais teólogos da libertação, tornou-se um defensor proeminente da Eco-Teologia, argumentando que a destruição da natureza é uma forma de opressão que recai de maneira desproporcional sobre os pobres, que dependem diretamente da terra para

sua sobrevivência. Boff e outros eco-teólogos defendem que a justiça social e a justiça ambiental são inseparáveis e que a teologia deve incorporar uma preocupação com o meio ambiente como parte de sua missão libertadora.

A Teologia Negra, particularmente nos Estados Unidos, também foi profundamente influenciada pela Teologia da Libertação. James Cone, considerado o pai da Teologia Negra, adaptou os princípios da Teologia da Libertação para o contexto da luta contra o racismo nos Estados Unidos. Cone afirmou que "a luta pela libertação dos negros nos Estados Unidos é parte da luta universal pela libertação de todos os oprimidos, e a teologia deve ser uma ferramenta nessa luta" (CONE, 1970, p. 43). A Teologia Negra, como a Teologia da Libertação, coloca os marginalizados no centro da reflexão teológica, defendendo que a fé cristã deve ser vivida como um compromisso com a justiça racial.

A expansão da Teologia da Libertação para diferentes contextos culturais e teológicos mostra sua resiliência e relevância contínua. No entanto, essa expansão também trouxe novos desafios. Em contextos onde o cristianismo é minoritário ou enfrenta perseguição, adaptar os princípios da Teologia da Libertação pode ser especialmente difícil. Em lugares como o Oriente Médio ou partes da Ásia, onde os cristãos muitas vezes enfrentam discriminação ou violência, a ênfase na transformação social e na justiça pode entrar em conflito com a necessidade de sobrevivência e segurança. Nesses contextos, os teólogos e líderes religiosos precisam encontrar maneiras de aplicar os princípios da Teologia da Libertação de maneiras que sejam viáveis e eficazes em meio a pressões externas severas.

Além disso, a Teologia da Libertação teve que lidar com a crescente secularização em muitas partes do mundo, onde a religião está sendo cada vez mais marginalizada na esfera pública. Isso levanta questões sobre como a Teologia da Libertação pode continuar a influenciar a sociedade em contextos onde a fé religiosa não tem mais o mesmo peso cultural ou político que tinha no passado. A secularização também desafia a Teologia da Libertação a articular uma visão de justiça e libertação que possa dialogar com movimentos sociais e políticos que não compartilham de uma base religiosa, mas que ainda lutam por objetivos semelhantes.

A resistência à modernidade e a crítica de "cumplicidade com o poder" são outros desafios enfrentados pela Teologia da Libertação. Em alguns círculos, o

movimento foi acusado de não se adaptar suficientemente às mudanças sociais e culturais trazidas pela modernidade, ou de se tornar cúmplice do poder ao não questionar suficientemente as novas formas de dominação que surgiram no contexto da globalização. A Teologia da Libertação, ao focar tanto na opressão tradicional, poderia, segundo alguns críticos, perder de vista as novas dinâmicas de poder e os novos atores sociais que emergem na era globalizada.

A resposta da Teologia da Libertação a essas críticas tem sido em grande parte uma reafirmação de seus princípios fundamentais, mas com uma abertura para o diálogo e a adaptação. Teólogos da libertação têm insistido que o movimento não é estático, mas evolui com o tempo, enfrentando novos desafios à medida que surgem. Eles argumentam que a Teologia da Libertação continua sendo relevante precisamente porque é capaz de se reinventar, mantendo seu compromisso com os pobres e oprimidos, enquanto expande sua análise para incluir novas formas de injustiça e opressão.

Em resumo, a Teologia da Libertação enfrentou e continua a enfrentar uma série de desafios e críticas, tanto de dentro quanto de fora da Igreja. No entanto, sua capacidade de adaptação e sua insistência em uma fé cristã que se comprometa com a justiça social garantem que ela continue sendo uma força vital na teologia contemporânea. À medida que o mundo enfrenta novas crises e desafios, a Teologia da Libertação provavelmente continuará a evoluir e a influenciar, oferecendo uma visão poderosa de como a fé pode ser vivida de maneira ativa e transformadora em um mundo que ainda luta com profundas desigualdades e injustiças.

## CONCLUSÃO

A Teologia da Libertação, nascida em um contexto de extrema desigualdade e opressão na América Latina, continua a ser uma força significativa no pensamento teológico e na prática social contemporânea. Sua insistência na ligação inseparável entre fé e justiça social permanece relevante em um mundo ainda marcado por profundas disparidades econômicas, injustiças sociais e novas formas de exclusão. A capacidade da Teologia da Libertação de se adaptar a contextos variados, como a Teologia Feminista, a Eco-Teologia e a Teologia Negra, demonstra sua flexibilidade e sua contínua importância como uma ferramenta de reflexão e ação em prol dos marginalizados.

Ao longo de sua história, a Teologia da Libertação enfrentou críticas tanto de dentro quanto de fora da Igreja Católica, muitas das quais focadas em sua associação com o marxismo e em sua politização da fé. Embora essas críticas tenham levantado questões legítimas sobre a relação entre teologia e ideologia, a Teologia da Libertação tem defendido consistentemente a necessidade de uma abordagem teológica que responda às realidades concretas de opressão. O movimento também teve que lidar com a resistência de setores conservadores da Igreja, preocupados com a possível diluição da fé em questões políticas. No entanto, essas críticas, em vez de enfraquecer o movimento, o impulsionaram a refinar seus métodos e a clarificar seus objetivos.

A Teologia da Libertação, embora enraizada na América Latina, conseguiu transcender suas origens regionais e influenciar teologias contextuais em todo o mundo. Movimentos como a Teologia Negra nos Estados Unidos e a Teologia Feminista na Europa adaptaram seus princípios para abordar questões específicas de raça, gênero e justiça ambiental. Essa capacidade de adaptação mostra a universalidade dos princípios da Teologia da Libertação, ao mesmo tempo em que destaca a importância de contextualizar esses princípios para responder às necessidades e desafios específicos de diferentes comunidades.

Além disso, a Teologia da Libertação trouxe à tona uma discussão vital sobre a relação entre fé e política. Ao afirmar que a neutralidade em situações de injustiça é, na verdade, uma forma de cumplicidade, o movimento desafiou a Igreja e os cristãos a reconsiderarem sua participação no mundo. A ideia de que a fé cristã

deve levar a um compromisso ativo com a transformação das estruturas sociais e políticas continua a ser um ponto de tensão e debate, mas também é um dos legados mais poderosos da Teologia da Libertação. Essa visão propõe uma fé viva e engajada, que não se contenta com a contemplação, mas que busca atuar diretamente na promoção da justiça.

À medida que o mundo enfrenta novos desafios, como a crise climática, as migrações forçadas e as desigualdades exacerbadas pela globalização, a Teologia da Libertação tem o potencial de continuar desempenhando um papel crucial na resposta da Igreja a essas questões. Sua ênfase em uma teologia que não se limita à reflexão, mas que também se traduz em ação prática, oferece uma base sólida para enfrentar esses desafios de maneira holística. O futuro da Teologia da Libertação dependerá de sua capacidade de continuar se adaptando e respondendo às realidades emergentes, mantendo seu compromisso inabalável com os pobres e oprimidos, e promovendo uma visão de justiça que seja ao mesmo tempo inclusiva e transformadora.

Podemos perceber que a relação entre fé e política na Teologia da Libertação representa uma ruptura com as concepções tradicionais de separação entre a religião e a vida pública. Ela propõe uma fé engajada que não se limita ao âmbito pessoal ou espiritual, mas que se manifesta ativamente na transformação das estruturas sociais e políticas que perpetuam a injustiça. Essa visão continua a ser uma fonte de inspiração e desafio para aqueles que buscam viver sua fé de maneira autêntica e comprometida com a realidade dos pobres e oprimidos.

## REFERÊNCIAS

BOFF, Leonardo. **Igreja: Carisma e Poder**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

BOFF, Leonardo. **Ecologia: grito da Terra, grito dos pobres**. São Paulo: Ática, 199.

CARDENAL, Ernesto. **Em Cuba**. Havana: Instituto Cubano del Libro, 1980.

CÂMARA, D. Hélder. **O Deserto é Fértil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ (CDF). **Instrução sobre alguns aspectos da "Teologia da Libertação"**. Vaticano: Congregação para a Doutrina da Fé, 1984. Disponível em: [site oficial do Vaticano].

CONE, James H. **A Teologia Negra e o Poder Negro**. Petrópolis: Vozes, 1970.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **Teologia da Libertação: Perspectivas**. Petrópolis: Vozes, 1971.

GUTIÉRREZ, Gustavo. **A força histórica dos pobres: ensaios teológicos a partir da América Latina**. Petrópolis: Vozes, 1983.

SOBRINO, Jon. **Jesus Cristo Libertador: leitura histórico-teológica de Jesus de Nazaré**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

Lored de Izcue, J. **Teologia da Libertação: Um Salva-vidas de Chumbo para os Pobres**. São Paulo: Petrus Editora, 2019.

Tutu, Desmond. (2014). **Deus não é cristão: e outras provocações**.

Trad. L. Jenkino. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2012.

Conselho Episcopal Latino Americano (CELAM). **Documento de Medellín:**  
Medellín: CELAM, 1968.

LEÃO XIII. **Rerum Novarum. Roma.** 1891. Disponível em: [site oficial do Vaticano].

PIO XI. **Quadragesimo Anno: Sobre a Restauração e Melhoria da Ordem Social**  
Roma. 1931. Disponível em: [site oficial do Vaticano].

PAULO VI. **Populorum Progressio: Sobre o Desenvolvimento dos Povos. Roma.**  
**1967.** Disponível em: [site oficial do Vaticano].

**Concílio Vaticano II. Gaudium et Spes** — Constituição Pastoral sobre a Igreja no  
Mundo Atual. 7 de dezembro de 1965. In: **Documentos do Concílio Vaticano II,**  
Edições Paulinas, São Paulo, 1966.